

O desafio de construir Um Projeto Nacional



O XVI Congresso Brasileiro de Economistas reuniu, em Florianópolis, em sua abertura, mais de 2 mil pessoas, que foram ouvir o ex-presidente do BNDES, Carlos Lessa, o vice-presidente da República, José Alencar, o governador de Santa Catarina, Luiz Henrique da Silveira, e o presidente do Conselho Federal de Economia, Sidney Pascotto. O encontro fez um veemente chamado à sociedade brasileira para o desafio de construir um projeto nacional de desenvolvimento.

Páginas 7

**Eleições no Conselho
e no Sindicato dos Economistas**

Pág. 15 e 16

**Rio de Janeiro: caem as
verbas, aumenta a favelização**

Pág. 13

EDITORIAL

Megafone do pensamento único

Durante três dias, economistas e estudantes de diversos estados e diferentes concepções e tendências estiveram reunidos, em Florianópolis, participando do XVI Congresso Brasileiro de Economistas.

Sob a temática geral – Políticas Públicas e Desenvolvimento: A Armadilha do Endividamento Interno e Externo – foram debatidos temas que dizem respeito à realidade brasileira contemporânea, como investimento, crédito e taxas de juros, política cambial, financiamento à infra-estrutura, dívida pública e dívida externa, déficit público, rumos do desenvolvimento econômico e social do país, isto é, questões que estão presentes no dia-a-dia da economia brasileira.

Contudo, apesar da importância dos temas e das contribuições, o destaque dado pela mídia às discussões do Congresso restringiu-se à sua abertura, devido a presença de autoridades, como o vice-presidente da República, José Alencar, e o governador de Santa Catarina, Luiz Henrique da Silveira. Nos outros dias, pouco ou nada foi publicado sobre o que aconteceu em um congresso que reuniu mais de duas mil pessoas.

Não são novos os questionamentos que têm sido feitos ao trabalho da imprensa, que não são exclusividade do Brasil. Em outros países, a mídia passa também por críticas sobre a isenção dela a respeito dos fatos que noticia. No Brasil não tem sido diferente, embora seja motivo também de destaque o papel que a imprensa vem cumprindo no país, na consolidação da democracia e nas denúncias de corrupção, cujos exemplos vão desde o período da ditadura, passando pelo *impeachment* de Collor até os dias atuais.

Um dos questionamentos mais atuais à mídia ecoou em diversos painéis do XVI Congresso Brasileiro dos Economistas. É exatamente o fato de ela servir como megafone do pensamento único, seja através de seus colunistas, seja mesmo através das escolhas de suas coberturas. O Congresso dos Economistas deixou inúmeras contribuições, desde críticas à política econômica atual até apoios a esta política e propostas alternativas ao modelo.

Nesta edição e na próxima, sem a pretensão de abranger toda a cobertura possível a um evento desta natureza, o *JE* publicará parte das contribuições e dos debates que marcaram o Congresso de Florianópolis.

Sumário

- Página 3** Leilão da ANP – A entrega do petróleo brasileiro
- Página 5** Petróleo – O que justifica os preços mais altos no longo prazo?
- Página 7** XVI CBE – O desafio de construir um projeto nacional
Sidney Pascotto – “Não basta estabilidade. É preciso crescimento.”
▶ José Alencar – Crescer a economia para alcançar objetivos sociais

“O crescimento da economia é também um meio para que se alcancem os objetivos sociais”

Luiz Henrique da Silveira – Por um novo pacto federativo

- Página 11** XV Prêmio de Monografia – Realismo crítico na economia
- Página 13** Fórum Popular de Orçamento – Diminuem os recursos, aumenta a favelização
- Página 15** Eleições Sindecon – Chapa defende mudança da realidade
- Página 16** Eleições Corecon – Em defesa de um Projeto Nacional de Desenvolvimento

O Corecon-RJ apóia e divulga o programa Faixa Livre, apresentado por Paulo Passarinho, de segunda à sexta-feira, das 7h30 às 9h, na Rádio Bandeirantes, AM, do Rio, 1360 khz.

Jornal dos Economistas

Órgão Oficial do
CORECON - RJ E SINDECON - RJ
ISSN 1519-7387

Conselho Editorial: Gilberto Alcântara, Gilberto Caputo Santos, José Antônio Lutterbach Soares, Paulo Mibielli, Paulo Passarinho, Rafael Vieira da Silva, Rogério da Silva Rocha e Ruth Espinola Soriano de Mello.

Editor: Nilo Sérgio Gomes
Correio eletrônico: imprensa@corecon-rj.org.br

Reportagem: Rebecca Ramos

Ilustração: Aliedo

Caricaturista: Cássio Loredano

Diagramação e Finalização:
Rossana Henriques (21) 2462-4885

Fotolito e Impressão: Tipológica

Tiragem: 13.000 exemplares

Periodicidade: Mensal

Correio eletrônico: seapo@corecon-rj.org.br

As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição das entidades. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

CORECON - CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA/RJ

Av. Rio Branco, 109 • 19º andar
Rio de Janeiro • RJ • Centro • CEP 20054-900
Telefax: (21) 2103-0178 ramal 22

Correio eletrônico: corecon-rj@corecon-rj.org.br
internet: <http://www.corecon-rj.org.br>

Presidente: José Antônio Lutterbach Soares • **Vice-presidente:** João Manoel Gonçalves Barbosa • **Conselheiros Efetivos:** 1º terço (2005/07): Reinaldo Gonçalves, João Paulo de Almeida Magalhães, e Ruth Espinola Soriano de Mello. 2º terço (2003/05): Ceci Juruá, João Manoel Gonçalves Barbosa e Nelson Victor Le Cocq d'Oliveira. 3º terço (2004/06): Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, José Antonio Lutterbach Soares e Renata Leite Pinto do Nascimento • **Conselheiros Suplentes:** 1º terço (2005/07): Regina Lúcia Gadioli dos Santos, Arthur Câmara Cardozo, Carlos Eduardo Frickmman Young. 2º terço (2003/05): Gilberto Alcântara da Cruz, Jorge de Oliveira Camargo e Rogério da Silva Rocha • **Delegado Eleitor Efetivo:** José Antonio Lutterbach Soares • **Delegado Eleitor Suplente:** Paulo Sergio Souto

SINDECON - SINDICATO DOS ECONOMISTAS DO ESTADO DO RJ

Av. Treze de Maio, 23 • Grupos 1607/1608/1609
Rio de Janeiro • RJ • CEP 20031-000
Tel.: (21)2262-2535 • Telefax: (21)2533-7891 e 2533-2192
Correio eletrônico: sindecon@sindecon.org.br

Coodenador Geral: Paulo Passarinho • **Coordenador de Assuntos Institucionais:** Sidney Pascotto • **Diretores de Assuntos Institucionais:** Ronaldo Rangel, Ceci Juruá, Rogério da Silva Rocha, Rafael Vieira da Silva, Nelson Le Cocq, Antônio Melki Jr e Eduardo Carnos Scaletsky • **Coordenador de Relações Sindicais:** João Manoel Gonçalves Barbosa. **Diretores de Relações Sindicais:** Júlio Miragaya, Gilberto Caputo Santos, Sandra Maria de Souza, Carlos Tibiriçá Miranda, José Fausto Ferreira, César Homero Lopes, Neuza Salles Carneiro e regina Lúcia Gadioli dos Santos • **Coordenador de Divulgação e Finanças:** Gilberto Alcântara da Cruz • **Diretores de Divulgação e Finanças:** Wellington Leonardo da Silva e José Jannotti Viegas • **Conselho Fiscal:** Ademir Figueiredo, Luciano Amaral Pereira e Jorge de Oliveira Camargo.

LEILÃO DA ANP José Vilhena*

Você sabia que a extração do petróleo no Brasil custa US\$ 4,5 e, com impostos e *royalties*, chega a US\$ 13,5? Que na Arábia Saudita o valor da extração é de US\$ 2,5? Sendo assim, por que os preços internacionais chegam a quase US\$ 70? E por que o faturamento da Shell é maior que o PIB da Venezuela e o da Exxon Móbil, em 2003, foi maior do que o orçamento do Brasil, Canadá, Espanha, Suécia e Holanda?

A entrega do petróleo brasileiro

Enquanto o mundo discute sobre o setor petróleo, no Brasil ele é tratado como uma “commodity”. E o Governo Federal põe em leilão, pela sétima vez, nossas bacias sedimentares. Estamos entregando nossos campos, pesquisados e mapeados pelos técnicos da Petrobras, para petrolíferas estrangeiras. Com a aprovação da Lei 9478/97, durante o governo Fernando Henrique Cardoso, estas empresas passam a ser proprietárias do petróleo, após a sua extração, e podem exportá-los. Isso significa que o Brasil passará a ser importador do seu próprio petró-

leo, pagando a cotação do mercado internacional. Especialistas independentes advertem que o pico do preço do barril de petróleo deve ocorrer por volta de 2010, quando deve chegar a US\$ 100.

Como bem essencial para a economia, se as autoridades brasileiras não tiverem controle sobre o petróleo o país sofrerá danos irreversíveis no seu desenvolvimento. Além disso, o Governo Federal, para atender a uma solicitação do Ministério da Fazenda, vem exportando o petróleo, a despeito de o Brasil não ter geologia para ser país exportador. Mesmo assim, o petróleo é hoje o principal item de exportação do país.

O planejamento estratégico da Petrobras prevê exportação de 522 mil barris de petróleo por dia, entre 2006 e 2010, volume que colocaria o país no mesmo nível de alguns membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep), como o Catar e os Emirados Árabes Unidos, e acima do Iraque, cujas exportações

estão prejudicadas pela guerra. O Catar, por exemplo, exporta hoje 541 mil barris de petróleo por dia e os Emirados Árabes Unidos, 514 mil barris por dia. Já o Iraque, cujas exportações foram reduzidas desde a primeira invasão americana, no início dos anos 90,

vende ao mercado externo 389 mil barris de sua produção diária.

Segundo dados divulgados pela Petrobras, a empresa estará produzindo, no Brasil, 2,3 milhões de barris por dia, em 2010. Deste total, 1,71 milhão serão destinados às refinarias da Petrobrás e outros 68 mil barris serão vendidos para outros refinadores no Brasil. Os 522 mil barris restantes serão exportados. No segundo trimestre deste ano, quando apresentou seu “melhor desempenho” no comércio internacional, a empresa exportou 343 mil barris de petróleo por dia. Em 2004, foram 181 mil barris de petróleo por dia, o que significa que a empresa vem aumentando a venda de petróleo.

O exemplo do México

É bom lembrar o exemplo do México. O presidente Vicente Fox empenhou o petróleo mexicano em garantia da dívida e acabou dilapidando três quartos de suas reservas. Resultado: em 1995, o México tinha reservas de 50,78 bilhões; em 2003, elas caíram para 12,62 bilhões. “Isto pode acontecer no Brasil se o atual governo continuar com sua política de exportação. É preciso preservar ao máximo as reservas para dar tempo de desenvolver energias alternativas ao petróleo, que demandam 25 anos para substituí-lo”, alertou o diretor de Comunicações da Associação dos Engenheiros da Petrobrás (Aepet), Fernando Siqueira.

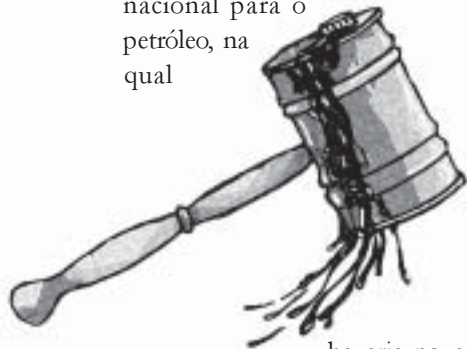
Ele critica a flexibilização do monopólio estatal do petróleo



como uma política antinacional. “Antes de o monopólio ser quebrado, a Petrobras já declarava em seu balanço reservas de 17 bilhões de barris (provadas, prováveis e possíveis). Hoje as prováveis se transformaram em provadas e a produção aumentou devido aos investimentos anteriores. A quebra do monopólio não ajudou em nada a Petrobras. Pelo contrário, atrapalhou muito”, afirma Siqueira.

Nem mesmo a informação de que a flexibilização iria diminuir o preço dos combustíveis e abrir novos postos de trabalho foram confirmadas. O preço subiu e as empresas que se instalaram no país trouxeram mão-de-obra estrangeira.

A Aepet junto com outras entidades lançaram a campanha para a convocação de um plebiscito para decidir sobre uma política nacional para o petróleo, na qual



haveria novamente o debate entre os nacionalistas e os entreguistas.

Segundo o presidente da Aepet, Heitor Pereira, as elites brasileiras tratam o petróleo como se fosse uma mercadoria qualquer. “O petróleo está sendo o principal item nas exportações brasileiras, seguido pela soja. A exportação de matérias-primas é uma política tipicamente colonial. Há uma diferença muito grande entre petróleo e soja: petróleo é energia, é vida que movimenta a nação. Petróleo, portanto, é um bem estratégico para a sobrevivência do Brasil”, diz Pereira, acrescentando que a Shell está exportando 72 mil barris diários

do petróleo fino do país, na Bacia de Campos. “Essa situação revela que o nosso governo não tem nada de Brasil”, afirma.

O presidente da Aepet destaca que há muito tempo o império anglo-saxão vem cobiçando as reservas de petróleo no Brasil, mesmo de forma sub-reptícia, quando afirmavam que o país não tinha petróleo, com claro objetivo de mantê-lo escravo das pesquisas deles. No entanto, os brasileiros, impulsionados pela épica campanha “O Petróleo é Nosso”, desmentiram essas afirmações e implantaram, em 1953, o monopólio estatal do petróleo, desenvolvendo a Petrobras e as escolas de geologia, sem precisar de nenhum dinheiro estrangeiro para essa tarefa.

Nesse sentido, a Petrobras, como destaca Heitor Pereira, se tornou uma das maiores empresas petrolífera do mundo, com uma produção diária de mais de dois milhões de barris de petróleo por dia. “Essa produtividade da Petrobras não é mérito dos neoliberais de plantão, através da implementação da Lei 9478/97, como querem fazer crer. O crescimento da produção se deve ao esforço dos brasileiros, desde 1953, que desenvolveram a empresa sem nenhum recurso estrangeiro. E mais: a Petrobras impulsionou a construção da indústria de base, importante no suporte às descobertas de petróleo, esforço exercido por brasileiros, também sem recursos estrangeiros”.

Governo beneficia multinacionais

A Lei 2004/53, que instituiu o monopólio estatal do petróleo, determinava que as ações da Petrobras só podiam ser adquiridas por pessoas físicas, brasileiros natos, ou entidades de direito público, ou aquelas que a União tivesse seu controle acionário. Não podia, portanto, ter estrangeiros

adquirindo ações, e assim a Petrobras cresceu, se tornando a grande empresa que é hoje.

O *lobby* das petrolíferas estrangeiras tem resistido a qualquer política em benefício do país. O geólogo João Victor Campos, que descobriu a grande reserva de Majnoon, no Iraque, quando a Petrobras tinha contratos com aquele país, revelou a estratégia do governo para entregar os melhores campos mapeados pela Petrobras às multinacionais estrangeiras. Em 1995, como havia a possibilidade da quebra do monopólio estatal e da criação da Agência Nacional do Petróleo (ANP), a Petrobras deslocou a maior parte do seu corpo técnico (inclusive dos distritos) para trabalhar na seleção dos melhores blocos. Foram selecionadas 133 áreas/blocos, distribuídas em 21 das principais bacias brasileiras, com 251 prospectos passíveis de serem exploradas.

“Estranhei que, logo após a remessa para o Ministério de Minas e Energia da primeira leva dos relatórios, estes retomaram com a imposição de haver a substituição da terminação “deve ser cedido à Petrobras, conforme requisitado” por simplesmente “tratar-se de um prospecto exploratório”. Isso significou que estavam retirando da Petrobras o direito de recorrer à Justiça, na eventualidade de se ver prejudicada nas suas aspirações com respeito às áreas requisitadas”, revelou João Victor, que participou do grupo contratado para proceder a análise técnico-econômica das áreas requisitadas pela Petrobras.

Segundo ele, o Ministério não se interessou mais pelas áreas amarelas e, sim, pelas requeridas pela Petrobras (azuis), devido ao seu potencial petrolífero. “E por quê? Já tinham o que queriam”, acrescentou João Victor. Com a informação privilegiada, a ANP pôde inaugurar as rodadas de licitações, leiloando o petróleo brasileiro. João Victor revelou que,

desde a primeira licitação, e nas subsequentes, muitos dos blocos requisitados pela Petrobras, para exploração direta, foram oferecidos no todo ou em parte às companhias participantes. Segundo ele, o interesse já era leiloar as nossas melhores áreas para os estrangeiros, sem que houvesse qualquer contestação. Conhecedor da geologia brasileira, João Victor também é um ferrenho crítico da política do Governo Federal de exportar o petróleo. “Não somos uma Arábia Saudita para ser exportador de petróleo”.

A questão do gás

Apesar de ter condições de investir sozinha no desenvolvimento da produção de gás, na qual correu os riscos de pesquisa, a direção da Petrobras está entregando parte do Campo de Mexilhão, na Bacia de Santos, com indício de grande reserva. O acordo de doação foi assinado em janeiro e vinha sendo guardado a sete chaves. A possibilidade de uma multinacional estrangeira entrar na janela irritou o corpo técnico da empresa, que considera um equívoco entregar a um parceiro estrangeiro um campo no qual se estima terem sido investidos cerca de US\$ 300 milhões e sobre o qual a Petrobras detém 100% dos direitos exploratórios.

Segundo avaliação dos técnicos da companhia, somente com o aluguel de equipamentos de perfuração a Petrobras já gastou cerca de US\$ 285 milhões na área. Além da Repsol, outras multinacionais, como a Shell, estão de olho grande neste campo gigante. Isto aconteceu no momento em que o gás é considerado o combustível do século XXI. “O Governo Federal tem interferido indevidamente a uma política antinacional desenvolvida pela atual direção da Petrobras”, acusou Fernando Siqueira. ■

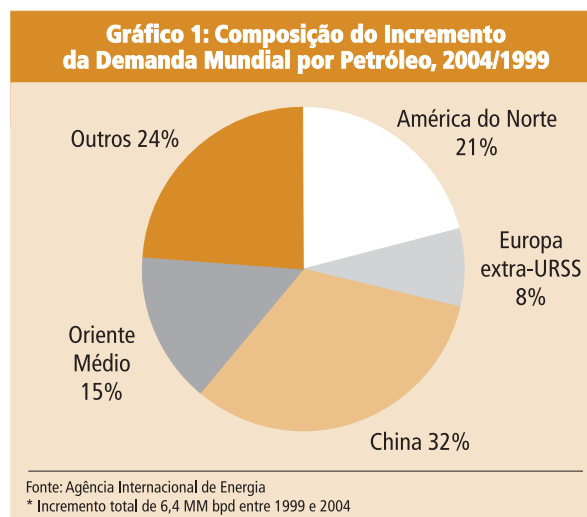
PETRÓLEO Rafael Resende Pertusier*

O que justifica preços mais altos no longo prazo?

O ano de 2004 foi atípico para a indústria do petróleo em sua história. Pela primeira vez desde os choques do petróleo da década de 70, observou-se uma vertiginosa elevação dos preços induzida, predominantemente, por fundamentos de mercado, e não apenas por fatores geopolíticos, como em 1973, 1979 e 1990. Ao mesmo tempo, a percepção de que alguns dos indutores desta alta são de caráter estrutural, dá sustento à idéia de que um novo patamar de preços está se configurando como tendência de longo prazo.

O forte crescimento econômico mundial, em 2004, concomitantemente à forte elevação dos preços do petróleo, sugere uma surpreendentemente baixa elasticidade-preço da demanda. Tal constatação deriva da estrutura dos mercados desenvolvidos e em desenvolvimento: (i) nos países desenvolvidos, observou-se, desde os choques do petróleo, uma forte concentração da demanda no setor de transportes. Esta mudança decorreu das políticas de substituição e eficiência energética, que surtiram maiores efeitos nos setores industrial e de geração elétrica, uma vez que o setor de transportes conta com poucas alternativas aos combustíveis tradicionais, conseqüentemente com uma demanda menos elástica aos preços. Assim sendo, a demanda total por derivados nesses mercados tornou-se estruturalmente menos elástica aos preços. Por certo, foi necessária a ocorrência de forte elevação nos preços do petróleo para que as análises de projeção atentassem a esta dimensão da sustentabilidade no longo prazo; (ii) os países em desenvolvimento, por sua vez, passam por uma fase energo-intensiva do crescimento econômico, têm suas economias voltadas para o comércio externo e apresentam, com o aumento da renda disponível, altas taxas de aumento da motorização da população. Configura-se, com isso, uma situação de forte demanda por derivados de transporte e insumos industriais. Destaca-se, nesse contexto, o aumento do consumo de petróleo da China, o qual corresponde a mais de 30% do incremento global desde 1999, tal como no gráfico 1.

Segundo levantamentos da Agência Internacional de Energia (AIE) e de importantes centros de pesquisa energética, a análise do comportamento do mercado em 2003 e 2004 sugere que preços entre US\$ 15 e US\$ 35 por barril não induziriam forte impacto na demanda por petróleo. Estudos da Agência apontam para um impacto de apenas 0,5 ponto percentual no crescimento econômico



global, a partir de uma elevação dos preços do petróleo da faixa dos US\$ 25 para US\$ 35 durante dois anos consecutivos. Desta forma, existe a possibilidade de manutenção dos preços em patamares mais elevados que a média histórica, sem grandes conseqüências sobre substituição e eficiência energética.

Poder de compra do dólar

Um dos importantes indutores dos preços é a depreciação do dólar. Do lado da demanda, a perda de valor da moeda norte-americana entre

2001 a 2004 ajudou a atenuar os efeitos do aumento do valor do barril sobre o consumo de importantes mercados, como Europa e Japão. Além disso, o controle dos preços pelo governo na China e os subsídios em grande parte dos países em desenvolvimento (a despeito de seu crescente custo fiscal) também vêm a amortecer o efeito da alta do preço do barril sobre o consumo, que permanece aquecido.

Mais interessante é observar os efeitos do dólar do lado da oferta. Haja vista que 78% da pauta de importação dos países da OPEP são denominados em euros e ienes e suas receitas de exportação de petróleo são denominadas em dólares, a perda de valor desta moeda nos últimos anos representa uma deterioração dos termos de troca da OPEP, o que a torna disposta a uma defesa de preços mais elevados como forma de sustento ao poder de compra de seus barris de petróleo.

A suspensão da banda da OPEP vigente de 2000 a março de 2004 (entre US\$ 22 e US\$ 28 / bbl para a cesta de petróleos da Organização), sinaliza, por isso, o fim das discrepâncias entre a política oficial e aquela praticada pela OPEP. Até o primeiro trimestre de 2004, os preços do petróleo estavam alinhados com uma banda de preços “informal”, ajustada para compensar o efeito da deterioração dos termos de troca da OPEP, embora já significativamente acima da banda oficial. Durante o restante do ano, entretanto, os preços permaneceram nitidamente acima mesmo desta banda ajustada, demonstrando que os objetivos de preços da Organização previamente estabelecidos não mais refletem a realidade do mercado.

Mesmo que o dólar venha a se apreciar (como vem ocorrendo em 2005), é bastante improvável que os países membros da OPEP abram mão da apropriação de renda que vem sendo registrada há dois anos, até porque se constatou a capacidade da economia os absorver sem maiores impactos na demanda. Atente-se ao fato de que a maior parte dessas receitas é direcionada ao custeio dos gastos fiscais de governos com fraco apoio popular e que enfrentam a emergência de movimentos extremistas, em meio ao desemprego crescente da população mais jovem. Os países da OPEP muito dificilmente reduzirão seus investimentos sociais ao mesmo tempo em que aceitarão preços do petróleo mais baixos em função de uma apreciação do dólar.

não se espere o pico da produção mundial no curto prazo, nota-se que importantes áreas produtoras já o atingiram. Portanto, novos investimentos são necessários, a maior parte dos quais, segundo a AIE, para compensar o declínio natural dos campos já existentes.

Neste contexto, observa-se com alarme que os investimentos no *upstream* das grandes empresas, mesmo mais elevados, não têm aumentado em linha com os preços do petróleo. O grande aumento dos dispêndios na produção de petróleo diz respeito à inflação dos custos de desenvolvimento dos projetos existentes.

Logo, vale analisar se o aumento dos custos no *upstream* em relação aos anos 90 (a despeito dos avanços tecnológicos) é predominantemente estrutural (dizendo respeito ao

no preço requerido do barril sob a ótica dos agentes privados, conforme tabela 1. Entender se este aumento nos custos é estrutural (permanente) ou conjuntural (passageiro) possibilita inferir sobre um novo preço mínimo para o longo prazo.

Dada a importância da OPEP no mercado, vale dizer que o panorama atual não decorre de políticas de restrição de produção e administração de preços artificiais; ao contrário, no *trade-off* histórico que a OPEP, de forma mal ou bem-sucedida, sempre enfrentou, existe a ciência de que preços persistentemente elevados geram redução de demanda (ainda que não na intensidade dos anos 70, posto que grande parte da substituição energética já foi feita) e posterior pressão por queda nos preços.

A expectativa de incapacidade da produção não-OPEP em atender a demanda incremental fortalece, nesse sentido, a posição da OPEP. Com a necessidade de investimentos para atender um crescimento de demanda de aproximadamente 2% a.a., segundo diversos analistas, a indústria de petróleo corre o risco de operar, na próxima década, *ceteris paribus*, em um ambiente sem significativo excesso de capacidade, o que tende a conferir aos preços um prêmio de risco, haja vista a instabilidade geopolítica global e a possibilidade de interrupção de fornecimento de um importante país produtor.

Tabela 1: Aplicação da Fórmula de Adelman* (preços atuais)

* Preço = Custo Exp&Des x [1 + (Taxa Retorno/Depleção)] + Custo Extração	Estrutura de Custos Anos 90	Estrutura de Custos Atual
Custos de Exploração e Desenvolvimento (US\$/bbl)	US\$ 5,0 / bbl	US\$ 9,0 / bbl
Custos de Extração (US\$/bbl)	US\$ 4,0 / bbl	US\$ 5,5 / bbl
Retorno antes dos Impostos (meta, em %)	20,0%	20,0%
Taxa de Depleção de Reserva (% ao ano)	10,0%	10,0%
Preço Mínimo Requerido	US\$ 19,0 / bbl	US\$ 32,5 / bbl

Fonte: Petroleum Industry Research Associates, Credit Suisse First Boston, Bloomberg

Produção de petróleo não-OPEP

Diversos fatores apontam para uma possível redução das taxas de crescimento da produção não-OPEP¹, o que viria a dotar a OPEP, no futuro, de maior poder de mercado na administração dos preços do petróleo. O mais notável indutor da desaceleração da produção não-OPEP e de maior impacto no curto prazo é a evolução da produção da Rússia, que, depois de cinco anos de extraordinário crescimento, começa a dar sinais de arrefecimento. Estruturalmente, nos demais países, destacam-se: o aumento dos custos de exploração e desenvolvimento; a inexistência de novas grandes descobertas; a revisão de reservas por parte de algumas grandes empresas; e o não cumprimento das metas de expansão de produção.

De uma forma geral, esses fatores resultam da falta de acesso das grandes empresas integradas de petróleo (com disponibilidade de recursos financeiros) às reservas com maior potencial de expansão, predominantemente localizadas no Oriente Médio. Por mais que

fato de a fronteira exploratória estar se direcionando a áreas de mais alto custo, como o *offshore* ultra-profundo) ou conjuntural (induzida pela alta de *commodities* como aço e cimento). Não apenas isto, mas o aumento da participação de petróleos não-convencionais no total da oferta global ao longo da próxima década, por si só, já representaria um expressivo fator de elevação dos custos do petróleo não-OPEP.

Produção de petróleo OPEP

Preços do petróleo devem estar acima dos custos de exploração, desenvolvimento e produção, pois as empresas necessitam gerar caixa para investimentos para compensar a taxa de esgotamento das reservas. Destarte, ao se considerar o aumento de custos, a aplicação de métodos quantitativos para a definição de um preço necessário à obtenção de uma taxa de retorno de 20% na atividade de lavra de petróleo produz resultados que apontam para um aumento de cerca de US\$ 13,5 / bbl (em valores reais)

Conclusão

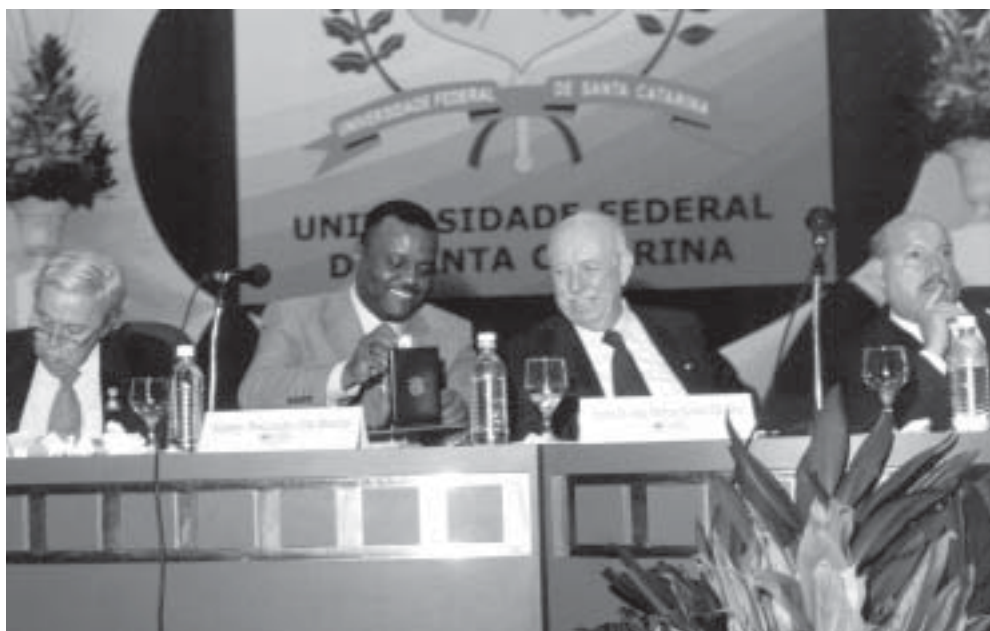
A dinâmica recente do mercado de petróleo pode ser considerada atípica, pela permanência de preços elevados sem a ocorrência de choques de oferta e pouco impacto sobre o crescimento econômico. A volatilidade dos preços é uma característica inerente ao mercado de petróleo, mas a identificação de tendências estruturais ao longo dos últimos anos permite assumir que há condicionantes de sustentabilidade de um patamar mais elevado para o preço do petróleo no longo prazo. Picos e vales continuarão a dar a forma da curva de preços de um mercado que tende a reagir com extrema sensibilidade aos fundamentos, mas pode-se, com segurança, esperar uma média de preços acima dos valores observados na década anterior. ■

* Mestre em Economia IE-UFRJ

¹ O grande crescimento da produção de petróleo não-OPEP em 2005 e nos próximos anos é derivado de projetos já em carteira antes do recente aumento dos preços, não refletindo, portanto, uma maior sensibilidade da produção ao ambiente de preços elevados.

XVI CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMISTAS

O desafio de construir um projeto nacional



Lessa, Pascotto, Alencar e Luiz Henrique na abertura do congresso

A chamada à sociedade, aos seus mais amplos setores e classes, para o desafio de construir um projeto nacional de desenvolvimento, livre das amarras do modelo neoliberal que permanece em curso, foi o tom predominante no XVI Congresso Brasileiro de Economistas, que se realizou em Florianópolis, entre quatro e sete de outubro último.

O professor Carlos Lessa, ex-presidente do BNDES, falou na abertura do Congresso, que contou com a presença do vice-presidente da República, José Alencar, o governador de Santa Catarina, Luiz Henrique da Silveira, e de vários políticos e representantes de entidades da sociedade civil, além de economistas e estudantes que lotaram o amplo auditório do Centro Cultural e de Eventos da Univer-

sidade Federal de Santa Catarina, com mais de duas mil pessoas.

Lessa atacou os desequilíbrios da economia brasileira, em especial, a concentração de renda no setor financeiro e a falta de um projeto nacional; o excessivo superávit primário, quando faltam recursos para atender a população; e a “absurda taxa de juros” que sangra, através da dívida pública, a economia do país. Porém, o discurso que mais empolgou a platéia foi o do presidente do Cofecon, Sidney Pascotto, que falou antes.

“Para nós, economistas, não basta apresentar resultados de estabilidade. Nós queremos que isto seja casado com crescimento, com dinâmica da economia”, disse Pascotto. Ele insistiu que não basta dizer que a economia está estável se milhões de pessoas estão desempregadas e há gente passando fome. “Estão transformando os países pobres da América Latina e o Brasil, em particular, em uma situação vivida pelos meus ancestrais. Estão transformando uma parcela substancial da população desse país em escravos”, afirmou.

Nesta e na próxima edição estaremos publicando algumas das contribuições e os discursos de abertura do XVI Congresso, de forma resumida e editada. Iniciamos com Pascotto, o vice-presidente José Alencar e o governador Luiz Henrique. ■



João Paulo de Almeida Magalhães recebe das mãos do vice-presidente José Alencar, na abertura do XVI Congresso Brasileiro de Economistas, a condecoração de Personalidade Econômica do Ano, conferida pelo Conselho Federal de Economia.

XVI CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMISTAS

Sidney Pascotto

Presidente do Cofecon

“Não basta estabilidade. É preciso crescimento”

Esse congresso para nós tem um significado muito especial. Nós estamos há 20 anos com um debate econômico interditado. A mídia impressa e falada funciona como o grande veículo de hegemonia da idéia de que a política econômica deste país, e que vem sendo executada nos últimos 15 anos é a única possível. E o que a gente observa é que, ano a ano, nós ficamos presos a uma mesma lógica, a do “amanhã eu vou”. Ou seja, vamos apertar hoje, que o aperto de hoje é porque ano que vem vai ser melhor. Mais um aperto esse ano porque o ano que vem vai ser melhor. E nessa trajetória estamos há 25 anos com uma taxa de crescimento de 2%.

Um país que coloca, anualmente, no mercado de trabalho, perto de 1 milhão e 600 mil de trabalhadores precisaria estar crescendo, no mínimo, a 4%, 4,5%, 5% ao ano, como dizem os estudiosos. Mas não é só isso. A inquietação dos economistas vem também com uma outra trincheira, e que trincheira? É a de quando a gente olha a falta de perspectiva de mobilidade na nossa sociedade. Isso nos inquieta. Por onde a gente passa, a gente sai batendo na mesma tecla. Eu sou do interior do estado do Rio de Janeiro, de uma cidade de predomínio dos cortadores de cana. E nas conversas dos trabalhadores, na hora do lazer, da “pedrada”, o que eu ouvia, quando menino era: “eu quero que meu filho aprenda uma profissão para que ele tenha uma vida melhor que a minha”; outro queria que o filho fizesse o Senai, pois iria ter pelo menos a quarta série, e com a quarta série e com a profissão

também teria a perspectiva de mobilidade social. Os mais ousados queriam que o filho fizesse uma escola técnica e os mais ousados ainda queriam que os filhos chegassem à universidade. Para esses, a perspectiva de mobilidade social estava completamente assegurada.

Qual é o grande transtorno que bate nos trabalhadores, hoje, e que bate na porta dos economistas, na casa da família brasileira? É que hoje a gente não tem mais o que falar para os nossos filhos, porque aprender uma profissão não é mais garantia que se terá emprego. Se vai para a universidade, continua desempregado. Quando ouço que a política econômica vai bem, que a estabilidade está colocada, eu pergunto: para quem? E amanhã...?

O que existe é um sentimento de violência, de exclusão. E aí, nós, economistas, formados principalmente pelas universidades públicas do país e por algumas instituições particulares que ainda têm o ensino como um instrumento de transformação da sociedade, e não como mercadoria, para nós não basta apresentar resultados de estabilidade. Não basta. Nós queremos que isto seja casado com crescimento, com dinâmica da economia, e é esse o debate que vamos fazer.

Não viemos aqui para fazer oposição a quem quer que seja, não é um congresso de oposição para fazer oposição. Mas é um congresso que combate as políticas que são nocivas aos interesses da sociedade brasileira. É um congresso que pensa em dar recado, em chamar a atenção de quem, talvez, esteja mal acompanhado... É um congresso que está preocupado, que está insistindo em uma tecla: não adianta



É por isso que o país está paralisado: não tem geração de emprego porque o sistema financeiro não dá emprego, ele só concentra renda e riqueza. E é isso que nós precisamos superar, é esse o nosso desafio

ficar usando o superávit primário para pagar dívida, enquanto isso, manter o estado de precariedade que a gente está assistindo; a saúde do jeito que está; as universidades sem dinheiro, sem reajuste para os professores, sem dinheiro para pesquisa. As universidades estão completamente desaparelhadas.

Essa não é a política econômica para esse país. Por onde tenho passado, tenho chamado a atenção: estão transformando os países pobres da América Latina e o Brasil, em particular, em uma situação vivida pelos meus ancestrais. Estão transformando uma parcela substancial da população desse país em escravos. E o pior: alguns setores da grande indústria são de pessoas que cons-

truíram seus bancos, deixaram de bater na perspectiva de ter uma política industrial, com políticas de financiamento, de expansão dos recursos. O mesmo vale para o setor do comércio. São várias as lojas e grupos que não vivem mais do comércio e, sim, da especulação financeira.

É por isso que o país está paralisado: não tem geração de emprego porque o sistema financeiro não dá emprego, ele só concentra renda e riqueza. E é isso que nós precisamos superar, é esse o nosso desafio e o compromisso do Conselho Federal de Economia e dos Conselhos Regionais. Nós estamos diante do desafio de ajudar a construir um projeto nacional de desenvolvimento. ■

José Alencar

Vice-presidente da República

Crescer a economia para alcançar objetivos sociais

É bom saber que aqui estão as mais diversas correntes do pensamento econômico, os mais competentes e conceituados profissionais brasileiros voltados para encontrar, na troca de idéias, informações e experiências das opiniões divergentes e do nivelamento do conceito Novos Rumos de Desenvolvimento Econômico e Social para o Brasil. Um país com as dimensões do nosso, com a população que já caminha para 200 milhões de habitantes, não deve privilegiar uma corrente única de pensamento. Não pode se ocultar de um debate econômico amplo, sob pena de entrar em descompasso com a dinâmica do mundo atual.

Vê-se que aqui há muitos estudantes, jovens que se preparam para entrar no mercado de trabalho. Se não oferecermos perspectivas, se tolhermos seus anseios de crescimento pessoal e profissional, estaremos condenando-os à imobilidade econômica e social, com todos os seus perigosos desdobramentos. Manifesto, por isso, minha confiança nesse debates e nas trocas de idéias.

Este é o discurso que trouxe para vocês. Mas há momentos em que não temos como deixar de abordar algumas questões que nos preocupam. O Brasil é um país, realmente, dos mais ricos do mundo em recursos naturais e humanos. São pouquíssimos países que podem se comparar ao Brasil. Por exemplo: os cinco países de maior extensão territorial do planeta – Rússia, China, Canadá, Estados Unidos e Brasil – nenhum deles possui terra, água e sol como o Brasil. O Brasil possui o maior volume de água doce do planeta, terras aráveis em grande extensão e fotossíntese que os especialistas do exterior, quando aqui chegam, ficam realmente admirados e com ra-

ção. Do ponto de vista de recursos humanos, também, o Brasil é muito rico porque o brasileiro é bom, é pacato, trabalhador, inteligente, versátil. O Brasil é um país riquíssimo.

O que é a economia

Falando para economistas, precisamos lembrar do verdadeiro significado do que seja a economia de um país, porque há muito tempo que a economia é o Ministério da Fazenda, o Banco Central, o Ministério do Planejamento, Agricultura ou da Indústria e do Comércio. E economia não é isso. Economia significa os meios econômicos que conta o país, seja ele qual for. Esses meios econômicos ou força econômica ou esse poder econômico é representado pelo setor primário, secundário, terciário e pela infra-estrutura. Isso que é economia de qualquer país: agricultura, pecuária, mineração, indústria, comércio, turismo, serviços; energia elétrica e transportes, que são itens da infra-estrutura e isso que é economia de um país.

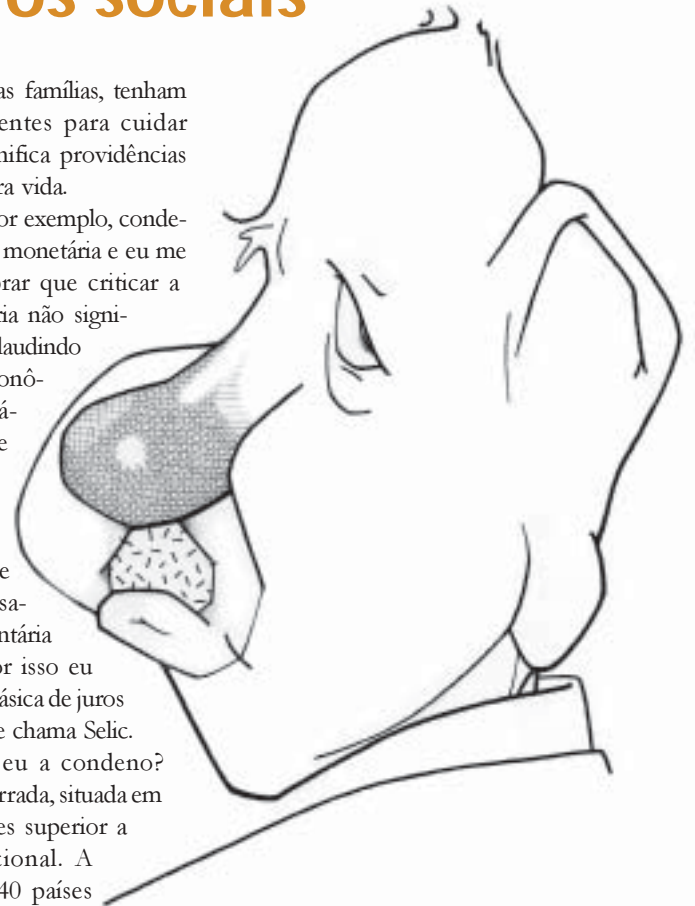
O crescimento da economia é também um meio para que se alcancem os objetivos sociais. Não temos tido recursos suficientes para resolver os problemas. Quando viajamos pelo interior, por exemplo, no meu estado de Minas Gerais, é muito comum chegarmos a uma cidade e ver no largo principal passar um esgoto a céu aberto, crianças jogando bola, e a bola cai naquele esgoto. Então, não estamos cuidando preventivamente da saúde pública. E o prefeito precisa de algumas saídas, mas não tem recursos. Por que? Porque os recursos estão concentrados na esfera da União. Precisamos desenvolver a federação, levar condições para que os estados e municípios e, especialmente, os municípios que estão mais próximos

das pessoas e das famílias, tenham recursos suficientes para cuidar daquilo que significa providências emergenciais para vida.

Nós, hoje, por exemplo, condenamos a política monetária e eu me permito relembra que criticar a política monetária não significa que esteja aplaudindo uma política econômica irresponsável, do ponto de vista fiscal. Eu não abro mão da responsabilidade fiscal que significa responsabilidade orçamentária e justamente por isso eu condeno a taxa básica de juros que, no Brasil, se chama Selic.

E por que eu a condeno? Porque ela está errada, situada em patamar 10 vezes superior a média internacional. A taxa média de 40 países levantada pela Globo Invest é da ordem de 1,5% ao ano. A nossa taxa básica, real, é de 14% ao ano! Se pegarmos apenas os países desenvolvidos, essa taxa se situa abaixo de 1% (0,6% a 0,7% ao ano) porque há vários países que estão praticando taxas básicas, reais negativas. E se falarmos dos países em desenvolvimento ou emergentes, como é a linguagem usada pelos institutos, temos uma taxa de 2,2% ao ano, o que significa que a nossa é mais de seis vezes maior.

Nós gastamos, em 2003, R\$ 145 bilhões em juros; em 2004, R\$ 128 bilhões; em 2005, as previsões são de R\$ 152 bilhões. A soma dos três anos ultrapassa R\$ 420 bilhões. Se pagássemos a metade da taxa nominal que pagamos, nesses três anos, teríamos feito uma economia de R\$ 210 bilhões, e isso seria suficiente para que cuidássemos do



ensino básico, como nunca se precisou tanto no nosso país. Cuidar também do reaperelhecimento das nossas universidades, da saúde pública, saneamento básico, das estradas que acabaram, dos portos, aeroportos, ferrovias, hidrovias. Ou seja, esses recursos seriam suficientes para suprir, mas nós estamos teimando com essas taxas de juros.

Razões do pífio crescimento

Eu jamais critiquei as taxas do mercado bancário nacional, porque o cidadão que produz e leva a sua duplicada para descontar no banco e paga as taxas de 2,5% a 3% ao mês, ele é um irresponsável porque não pode pagar essa taxa, pois não há nenhuma atividade produtiva que seja possível remunerá-lo. Ele tem que compatibilizar o seu crescimento aos

recursos próprios que ele gera, do contrário transfere a sua empresa com o tempo e cria um quadro social difícil, como tem em nosso país. Isso é uma questão educacional que precisamos falar dia e noite para prestar um serviço à nação e aos empresários menos avisados, que aceitam pagar essas taxas de juros.

Mas a outra taxa a que me refiro, que é a taxa básica, que é uma decisão do Conselho de Política Monetária, o Copom, essa não. Essa cada brasileiro paga, o Brasil paga. Vejamos, por exemplo, o sistema adotado pelo *Federal Reserve*, o Banco Central dos Estados Unidos: eles têm também o seu Copom e eles administram as taxas de juros. Mas o primeiro objetivo que observam, por força de um instrumento que lhes é passado oficialmente pela instituição, é o aproveitamento do máximo de potencial de crescimento da economia do país. O segundo é a geração do máximo de empregos; e o terceiro é cuidar da estabilidade monetária. Todos sabem que taxas básicas de juros elevadas são instrumentos de política monetária para combater a inflação, mas é preciso que se diagnostique a inflação e o diagnóstico da nossa inflação mostra que 30% dela são representados por preços administrados: energia elétrica, transporte coletivo, telefonia etc. Então, essa taxa (Selic) poderia ser de 100% que não seria capaz de combater esse tipo de preço.

E tem mais: dois terços da população brasileira, segundo as estatísticas, consomem o essencial. Logo, uma taxa inibidora de consumo no Brasil não tem grande efeito na esmagadora maioria da população consumidora porque não há como achatar o consumo de quem não consome. Mas ela é fator de aplausos internacionais, especialmente da banca e de todos que estão ligados a essa banca internacional, porque o Brasil está alimentando a sua dívida a uma taxa absolutamente despropositada e essa é a razão de termos crescido apenas 2% ao ano. Passamos por um período de grande prosperidade internacional e perdemos tempo, com um crescimento absolutamente incompatível com as potencialidades da economia brasileira. ■

Luiz Henrique da Silveira

Governador de Santa Catarina

Por um novo Pacto Federativo

Quando o presidente (do Cofecon) Sidney Pascotto fez seu pronunciamento sobre uma sucessão de promessas e esperanças irrealizadas, lembrei de fotografia social consagrada na poesia de Chico Buarque: “Pedro Pedreiro, penseiro, esperando o trem.(...) E a mulher do Pedro está esperando um filho, para esperar também”. Será que não vamos dar aos nossos filhos e aos nossos netos uma nova perspectiva?

Há muito tempo escuto que o Brasil é uma das maiores economias do mundo; e que tem um povo cujos indicadores de desenvolvimento, há muito tempo, estão abaixo de países da África subsaariana. Tenho me perguntado, ao longo dessa luta pela democracia não apenas formal, mas uma democracia social, por que ficou esse muro entre o econômico e o social em nosso país.

Quero sugerir que reflitam sobre essas perguntas. Por que o Brasil tem alguns nichos de riquezas e muita pobreza? Por que temos alguns “brasis” desenvolvidos e tantos “brasis” subdesenvolvidos; alguns “brasis” riquíssimos e outros paupérrimos?

Como é que pode um país capaz de liderar mundialmente um *software* de computação financeira, bancária, de gerencialmente industrial, um país capaz de produzir aviões a jato, que são disputados pelas maiores empresas de aviação do mundo; como pode um país que já construiu, em parceria com os chineses, dois satélites de observação, que vence concorrências internacionais, conquistou mercados de tecnologia de fronteiras, como a bioquímica, biotecnologia, e país que está à frente com Inglaterra e EUA na pesquisa para decifrar o mistério do genoma, que vai evitar que doenças degenerativas das células, como o câncer, se expandam – como é que pode esse índice

de desenvolvimento tão vergonhoso?

O presidente Pascotto fez um diagnóstico sobre a questão econômica; o presidente José Alencar vive criticando a política de juros. Mas acrescentaria o fator que, na minha opinião, é mais determinante da exclusão social, da criminalidade, determinante para que tenhamos esses bisonhos indicadores sociais. O Brasil é assim, continuou assim depois da Constituinte, das Diretas, do *impeachment*, porque é o país que se pensa governar de Brasília. É um país continental, com diferenças fantásticas e que se governa por leis únicas.

O poder local não governa

Mais de dois terços do bolo tributário vão para as mãos do governo federal. Como pode se pedir cidadania, se no município em que vivemos não há recursos para escolas, hospitais, saneamento, políticas culturais, porque o município fica miseravelmente com 13% de todo os impostos? Em tudo que compramos tem uma parcela de impostos embutidos. Toda essa massa tributária, essa carga fiscal insuportável que, depois da Constituinte, era 19% e hoje chega a quase 40%, esse bolo fantástico de impostos que são gananciosos e politicamente arrecadados pelo Estado, dois terços dele ficam em Brasília.

Para quê? Para alimentar um governo que não é fiscalizável, não é gerenciado pelo seu tamanho, enquanto faltam na comunidade os recursos necessários para dar uma resposta rápida para construir a cidadania. Esta é a principal questão social do país. O Brasil é como se fosse uma indústria com ótimas máquinas e excelentes operários, mas com *lay out* errado. Se pensarem que estou exagerando, procurem ver como são os países desenvolvidos, se em algum deles existe uma União

que detenha tamanha massa de recursos. Na Alemanha, por exemplo, o Governo Federal existe apenas nas Forças Armadas, nos Correios, ferrovias e nada mais. Não há universidades federais no mundo desenvolvido. Elas são estaduais. Não há esse governo distante, inacessível ao cidadão. E quanto mais próximo está o governo do cidadão, mais eficaz e transparente é a administração.

Por isso, lanço ao debate esta questão. O Brasil é esse país de contradições porque se pensa federal, se governa federal, não se governa pelo poder local.

Em 1835, um jovem advogado deixou a França e foi aos EUA. Naquela época, o que ele viu nas 13 colônias era uma descentralização absoluta, em que o poder local era absolutamente determinante para o desenvolvimento, ao contrário da América do Sul, que tem governo centralizado, com falsos federalismos. E ele, então, prognosticou, em 1835, no livro *A Democracia Americana**, que o Brasil e países da América do Sul seriam países marcados pela pobreza e subdesenvolvimento porque havia escolhido o centralismo de governo.

A nação tem que ser chamada para entender o novo pacto federativo, e não acredito que esse colégio, como tal constituído, o Congresso de hoje, seja capaz de fazer o verdadeiro Pacto Federativo. Estou defendendo, em 2006, que o povo seja chamado para votar uma Constituinte exclusiva, convocada por pessoas que se candidatem por partidos ou isoladamente. Se nós não quisermos reconhecer na canção de Chico Buarque uma verdade que se eterniza por mais 10, 20, 30 anos, lutemos por um novo Pacto Federativo, mudemos a estrutura de governo do país. ■

*A referência é a Alexis de Tocqueville

XV PRÊMIO DE MONOGRAFIA Carolina Miranda Cavalcante

Realismo crítico na economia

Artigo elaborado a partir da Monografia "Ciência e Filosofia: uma discussão acerca da possibilidade do conhecimento científico", orientada pelo professor Mário Duayer, defendida, em janeiro de 2005, na Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense e terceira colocada no Prêmio de Monografia Celso Furtado, promovido pelo Corecon-RJ.

As últimas décadas, a economia tem sofrido diversas críticas quanto a seus resultados teóricos e seus pressupostos metodológicos. Em meio a esses debates, a discussão filosófica pode contribuir para a construção de novos rumos teóricos, ajudando na elaboração de uma ciência mais objetiva e apta a responder às urgentes demandas sociais. As principais tradições em Filosofia da Ciência referidas na discussão metodológica em Economia são o positivismo lógico, os teóricos do crescimento do conhecimento e o realismo crítico.

O positivismo lógico constituiu um esforço filosófico explicitamente voltado à análise do discurso científico, cujo projeto central era eliminar da ciência qualquer asserção de conteúdo metafísico. Pretendia-se construir um discurso único – válido tanto para ciências naturais quanto sociais –, em que apenas proposições com conteúdo empírico ou de caráter tautológico seriam aceitas como significativas e, portanto, científicas.

Logo ficou evidente que a aplicação da filosofia lógico-positivista implicaria que leis universais, próprias da ciência natural, deveriam ser eliminadas do discurso científico, visto que é impossível estabelecer uma perfeita identidade entre proposições científicas e entidades empíricas. Coloca-se, por conseguinte, o problema relativo ao critério de demarcação entre a ciência e as especulações metafísicas. Uma vez que a verificação

conclusiva de uma proposição implicaria testes infinitos, o critério da verificação mostrou-se inadequado para os propósitos de uma tal demarcação. Ficaram evidentes as inconsistências do projeto lógico-positivista.

Teóricos do crescimento

Popper é visto como um dos críticos mais diligentes do positivismo lógico, questionando tanto o critério da verificação quanto o projeto antimetafísico dos lógico-positivistas. Como alternativa à verificação propôs o falsificacio-

preendimento científico não pôde ser contida, a metafísica não mais poderia ser negada. Assim entram em cena os teóricos do crescimento do conhecimento, que buscavam considerar a subjetividade inerente ao discurso científico, negada pelos lógico-positivistas. Dentre os mais citados teóricos do crescimento do conhecimento estão Kuhn e Lakatos, que possuem propostas em grande medida convergentes. O que caracteriza essa tradição filosófica é a ênfase no caráter histórico e social do conhecimento científico, o que

reconhecimento de que ciência não se faz apenas com fatos empíricos brutos, mas também com concepções compartilhadas por uma comunidade científica, por uma visão de mundo.

Uma outra característica dos teóricos do crescimento do conhecimento é o foco na dinâmica das teorias ao longo do tempo, em lugar da demarcação entre a ciência e os demais discursos. Entretanto, ao lado da afirmação do caráter histórico e social do conhecimento não foi estabelecido um critério racional de escolha entre teorias. Tanto paradigmas quanto programas de pesquisa são incomensuráveis, isto é, admite-se que a visão de mundo adotada por determinado grupo de cientistas é uma escolha arbitrária. Naturalmente, cada um possui a liberdade de sustentar a tradição científica que julga mais adequada, o que não implica a impossibilidade de haver qualquer critério de comparação entre tradições científicas concorrentes. Em outras palavras, relativismo epistemológico não necessariamente implica relativismo ontológico.

Certamente, Kuhn e Lakatos, quando comparados com o positivismo lógico, trazem uma noção de construção teórica mais sofisticada. São insuficientes, no entanto, no fornecimento de critérios racionais de julgamento teórico. Tal insuficiência pode ser atribuída a uma ontologia filosófica, herdada do positivismo lógico, que restringe os objetos de investigação científica à experiência factual.

Ficou evidente que a aplicação da filosofia lógico-positivista implicaria que leis universais, próprias da ciência natural, deveriam ser eliminadas do discurso científico, visto que é impossível estabelecer uma perfeita identidade entre proposições científicas e entidades empíricas

nismo, em que as teorias mereceriam o *status* de ciência na medida em que alcançassem um maior grau de falseabilidade, isto é, o importante não é tentar verificar proposições teóricas; mais fundamental é a constante crítica teórica. Popper sustentava ainda que, ao tentar eliminar a metafísica, os lógico-positivistas acabaram por eliminar a própria ciência.

Admitida a metafísica, não se poderia mais afirmar que o conhecimento é empírico-factual. A subjetividade inerente ao em-

significa o abandono de uma concepção, implícita no positivismo lógico, do cientista como um mero processador de dados empíricos. Um lugar para a subjetividade do cientista na confecção teórica é garantido pela readmissão de asserções metafísicas, ontológicas, na ciência – paradigmas em Kuhn e programas de pesquisa em Lakatos. Todavia, isso não significou que toda sorte de proposições passasse a ser aceita no discurso científico; representou apenas o

Os debates até aqui apresentados são reproduzidos em duas obras de referência em metodologia econômica – *Methodology of Economics*, de Blaug, e *Beyond Positivism*, de Caldwell, publicados pela primeira vez na década de 1980. Tais obras, no entanto, não haviam contado toda a história. Na década de 1970, ao lado dos teóricos do crescimento do conhecimento, uma nova escola de pensamento fornecia suas primeiras contribuições para o debate em Filosofia da Ciência.

Realismo crítico

Em 1975, Bhaskar publica *A Realist Theory of Science*, que marca o início de uma tradição filosófica que ficou conhecida como realismo crítico. Sua proposta central é a reafirmação ontológica, ou seja, a asserção de que toda teoria, científica ou não, pressupõe uma visão de mundo e, fundamentalmente, essas visões de mundo podem e devem ser comparadas. Além disso, defende a adoção de uma ontologia filosófica mais rica, alternativa à visão de mundo positivista, que não limite o objeto da ciência aos fatos empíricos.

Lawson é responsável pela introdução da filosofia de Bhaskar nos debates metodológicos em Economia. Em 1997, publica *Economics and Reality*, em que sistematiza suas críticas à economia *mainstream*, explicitando a ontologia positivista a ela subjacente. Tal ontologia demanda um método de investigação que identifica lei científica com conjunções constantes de eventos do tipo “se x então y”. Esse método, denominado dedutivismo, é responsável, indica Lawson, pelos atuais problemas da Economia. Portanto, a construção de uma teoria econômica mais robusta dependeria de uma reafirmação ontológica.

A ontologia realista transcendental não limita os objetos da ciência aos fatos empíricos, mas procura explicitar os mecanismos e leis subjacentes ao curso de eventos. Sob essa perspectiva, a

Realismo científico não implica descrição extensiva de eventos atomizados, mas captura objetiva de conexões reais subjacentes ao curso efetivo de eventos

realidade não se esgota nos fatos empíricos e seus eventos, mas também é composta de entidades reais que não podem ser experimentadas empiricamente, podendo, contudo, ser identificadas através dos seus efeitos. Trata-se da concepção de uma realidade estratificada nas esferas empírica, efetiva e real, requerendo um novo método de investigação científica, distinto dos métodos dedutivo e/ou indutivo, adequados à ontologia positivista e amplamente adotados nos manuais de Economia. Tal método é o retrodutivo, que visa explicitar os mecanismos e leis causadoras do curso efetivo de eventos.

Assim compreendido, o realismo transcendental é uma ontologia mais rica por permitir a construção de um conhecimento objetivo da sociedade. O método retrodutivo faculta a elaboração de abstrações objetivas, ao contrário das abstrações propostas, por exemplo, por Friedman, em *The Methodology of Positive Economics*. Nesse artigo de 1953, Friedman afirma que uma teoria totalmente realista constituiria um esforço inútil, visto que tal realismo dependeria de uma descrição infundável de todos os aspectos ligados ao fenômeno observado. Nesse sentido, na análise do mercado de trigo,

conforme Friedman, todos os elementos referentes ao solo, ao clima, às sementes, bem como todas as características psicofísicas inerentes aos indivíduos ligados à produção de trigo, deveriam ser parte componente de uma teoria com pretensões realistas. Conhecimento objetivo significa, para Friedman, conhecimento absoluto. Dado que ao homem é inacessível um conhecimento absoluto, tudo que é possível produzir teoricamente são pressupostos, em grande medida irrealistas, acerca do fenômeno observado. Não é difícil identificar essa concepção de realismo com uma ontologia positivista.

Numa perspectiva crítico-realista, o objeto da ciência não são entes atomizados, mas, singulares, inseridos num complexo de relações, em que o objetivo da análise científica não se restringe à captura extensiva dos infundáveis aspectos particulares de um evento, mas à explicitação dos mecanismos e leis causais responsáveis pelo fenômeno observado. Realismo científico não implica descrição extensiva de eventos atomizados, mas captura objetiva de conexões reais subjacentes ao curso efetivo de eventos.

Em meio aos prolíficos debates quanto ao método e aos resultados da Economia, acredito ser a contribuição do realismo crítico frutífera para os propósitos de construção de uma ciência econômica mais objetiva. Dos debates em Filosofia da Ciência que tiveram lugar, desde o positivismo lógico, é possível destacar uma mensagem essencial: tanto a Ciência quanto a Filosofia não podem, sob pena de verem seus principais objetivos fracassados, desconsiderar as questões ontológicas. Por fim, o relativismo epistemológico, afirmado por Kuhn e Lakatos, somente pode levar a um racionalismo julgamental quanto vinculado a um realismo ontológico. ■

* Agradeço os comentários do professor Mário Duayer ao presente artigo.

** Economista.

Convênio com **CORECON** - para profissionais, estudantes e seus respectivos dependentes.

MEDICINA DE REABILITAÇÃO

CONSULTAS

Fisiatria, Ortopedia, Reumatologia, Neuropediatria, Pneumologia, Urologia, Nutrição, Cirurgia Plástica Reconstructora, Acupuntura.

SERVIÇOS MÉDICOS

<ul style="list-style-type: none"> - Fisioterapia com: Trat. multidisciplinares, Hidroterapia, RPG, Drenagem Linfática - Radiologia - Eletroneuromiografia 	<ul style="list-style-type: none"> - Terapia Ocupacional - AVD e Terapia de Mão - Cybex (avaliação da capacidade Muscular) - Aplicação de Botox para espasticidade.
---	--

OFICINA ORTOPÉDICA

Confeção de próteses e órteses, sapatos ortopédicos e palmilhas sob prescrição médica.
Loja Ortopédica - venda de produtos ortopédicos

HOSPITAL

Equipado para cirurgias nas áreas - Traumatologia-Ortopedia e Plástica Reconstructora.

Associação Brasileira Beneficente de Reabilitação

Tel. 2294.6642 / 2512.2091

Atendimento através de planos/sseguros de saúde e particulares.

Rua Jardim Botânico, 660 - Jardim Botânico / Rio de Janeiro - RJ

Site: www.abbr.org.br

FÓRUM POPULAR DE ORÇAMENTO



A preocupação com a crescente favelização no município do Rio de Janeiro volta tomar relevância nos grandes meios de comunicação. O cerne da questão está na mudança do artigo 429 da Lei Orgânica, que proíbe a remoção de favelas, exceto em casos de risco de vida para moradores e em intervenções de interesse ambiental. A modificação proposta visa retirar essa restrição.

O Fórum Popular de Orçamento (FPO-RJ) pesquisou o orçamento previsto na Proposta Orçamentária para 2006, e constatou

que a Secretaria Municipal de Habitação (SMH) terá uma queda de 65% da dotação em relação ao ano de 2005, enquanto que o orçamento como um todo aumentará 5,33%. Tal queda é expressa, principalmente, pela diminuição dos recursos oriundos do próprio Tesouro Municipal (19%), de operações de créditos contratuais a realizar (24%) e operações de créditos contratuais realizadas (50%).

O reflexo desta queda é notado no Fundo Municipal de Habitação (FMH) da própria SMH e que nos últimos anos vem sofrendo significativa redução do volume das dotações.

O fundo, em 2005, destina recursos para três programas, entre eles, o Favela Bairro, com o objetivo de fornecer estrutura urbana às favelas, melhorando a qualidade de vida da população de baixa renda. Projeto polêmico, mas desejado pelas comunidades populares em busca por uma moradia digna.

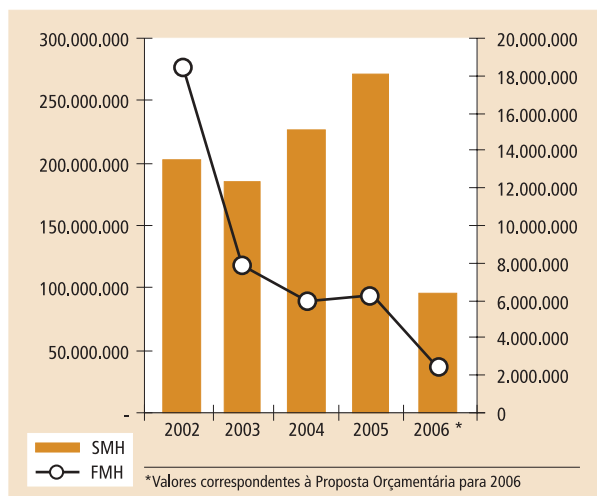
O processo de favelização do Rio e das demais grandes cidades brasileiras é consequência da desigualdade social existente e de uma política habitacional insuficiente. Pelos dados acima é possível perceber que a ação do poder público municipal tende a agravar ainda mais a *cidade partida*. ■

A presença da criança e do adolescente no Orçamento

Com a preocupação de debater a questão sobre a parcela do orçamento público voltado a crianças e adolescentes, reuniram-se na PUC do Rio, no dia 6 de outubro, representantes do Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre Infância (Ciespi), do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), da Ong *Save de Children*, da Rede Rio Criança, do FPO-RJ e o professor Henrique Vázques, da Universidade do Pacífico. O professor apresentou estudo sobre o gasto público social focalizado nas crianças de países em desenvolvimento.

Todas as entidades envolvidas no encontro procuram desenvolver iniciativas que ajudem na formulação de políticas públicas voltadas à infância e adolescência. Nesse sentido, o orçamento se mostra um instrumento valioso de avaliação da eficiência e da eficácia das ações/atividades condizentes.

Com o intuito de subsidiar as organizações sociais a realizarem um efetivo controle sobre políticas públicas voltadas para crianças e adolescentes, em suas comunidades e nas esferas municipal, estadual e federal, o Inesc desenvolveu metodologia própria para a formulação do Orçamento Criança e Adolescente – OCA. O FPO-RJ procurará adaptar essa contribuição ao orçamento carioca.



Proposta orçamentária para 2006

Foi publicada, em 30 de setembro último, a proposta orçamentária para 2006. Nossa expectativa era ver refletidas na proposta as novidades introduzidas pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Entretanto, o chefe do Poder Executivo apresentou a proposta orçamentária nos mesmos moldes dos exercícios anteriores, tendo no poder de alterar 30% do orçamento, através do remanejamento, a sua viga-mestra.

A conservação desse mecanismo representa uma afronta ao planejamento, uma cortina de fumaça na explicitação das prioridades governamentais, um impedimento ao acompanhamento pela cidadania da execução orçamentária e, neste caso, um desrespeito ao determinado pela LDO.

Nas próximas edições apresentaremos as nossas análises e propostas na esperança que o Poder Legislativo age com altivez e transforme o orçamento numa verdadeira expressão monetária do planejamento.

Os jogos Pan-Americanos são prioridade?

A despeito das declarações de autoridades e constantes reportagens colocando os jogos como um evento determinante para o Rio e para o Brasil, a execução orçamentária do principal programa de trabalho referente ao Pan se encontrava, em 10 de outubro último, na seguinte situação:

Dotação Inicial	81.631.170,00	100,00%
Acréscimo	7.500.254,30	9,19%
Cancelamentos	33.418.465,20	40,94%
Contingenciado	0,00	0,00%
Dotação Atual	55.712.959,10	68,25%
Empenhado	55.712.958,98	68,25%
Liquidado	41.604.274,46	50,97%

A resposta fica com o leitor.

As matérias desta página são de responsabilidade da equipe técnica do Corecon-RJ, de apoio ao Fórum Popular de Orçamento do Rio de Janeiro.

Coordenação Executiva: Conselheira Ruth Espinola Soriano de Mello, Supervisão Técnica: economista Luiz Mario Behnken.

Estagiários: Thiago Marques, Juliana Medeiros e Pedro Gonçalves

Correio eletrônico: fporj@bol.com.br - Portal: www.corecon-rj.org.br - www.fporj.blogspot.com.br

É FÁCIL DECORAR. É FÁCIL REFORMAR.

O Banrisul financia para você.



* Crédito sujeito a aprovação.

Financiamento Construção & Decoração

Para construir, reformar ou decorar sua casa ou escritório, conte com o Banrisul. Faça um orçamento em qualquer estabelecimento comercial, apresente-o em sua agência e o Banrisul financia* com prazo alongado e parcelas fixas, incluindo as despesas com a mão-de-obra. Dessa forma, o lojista recebe à vista e você pode negociar um desconto.

www.banrisul.com.br
banrisul
BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.

 Governo do
Rio Grande do Sul
ESTADO QUE TRABALHA UNIDO

ELEIÇÕES SINDICATO DOS ECONOMISTAS

Chapa defende **mudança** da realidade

Movimento de Renovação dos Economistas inscreve chapa para as eleições no Sindecon-RJ, no próximo dia 7 de novembro, e se apresenta aos economistas.



Prezado(a) Companheiro(a),
No próximo dia 7 de novembro, estaremos mais uma vez renovando a diretoria do Sindicato dos Economistas do Estado do Rio de Janeiro (Sindecon-RJ). Estamos nos dirigindo a todos os nossos associados, enquanto integrantes da chapa Movimento de Renovação dos Economistas, única inscrita no processo eleitoral.

A grande maioria dos integrantes da nossa chapa já compõe a direção que em breve encerra o seu mandato.

Há três anos afirmávamos que “frente à nova conjuntura política que se abre em nosso país – com a eleição de Lula para a Presidência da República, o papel de nossas entidades, e em particular do Sindecon, será o de

contribuir para a efetivação de uma nova realidade em nosso país”. E o texto prosseguia, explicitando que “nova realidade” seria aquela.

“Uma realidade que se coaduna com alguns dos ideais que sempre estiveram presentes em nossa agenda:

– a luta por um modelo de desenvolvimento que nos garante crescimento econômico com geração de empregos e a desconcentração da renda e da riqueza;

– o estabelecimento de um novo contrato social, onde o combate à fome e à exclusão social sejam, de fato, prioridades inalienáveis;

– a efetivação de uma reforma agrária e agrícola que mude a face do interior do Brasil, garantindo-se não somente terra, mas con-

dições dignas de trabalho e produção para aqueles que vivem do campo, em especial os pequenos e micro agricultores;

– a elevação do poder aquisitivo dos salários, em particular do salário mínimo, elevando-se a massa salarial do país e a sua participação relativa na renda nacional;

– o fortalecimento da Previdência Social pública e dos seus benefícios, garantindo-se pensões e aposentadorias dignas pra milhões de brasileiros.

Nosso compromisso será o de, portanto, contribuir, nesta nova era que, esperamos, se abre em nosso país, para que esses e outros ideais, acalentados há tantos anos por nossa categoria, transformem-se em realidade”.

Reproduzimos esse nosso po-

sicionamento, pois, constatamos que infelizmente não podemos considerar que o atual governo tenha correspondido às nossas expectativas. Esse é um fato que, se por um lado, nos frustra, por outro, nos impõe a tarefa de redobramos os nossos esforços para que a triste realidade em que vivemos venha a se alterar.

Mais do que nunca, portanto, queremos contar com o seu apoio e confiança para mais esse mandato que reivindicamos.

Contando com a sua força, a sua participação e o seu voto.

Atenciosamente,
Movimento de Renovação dos Economistas ■



Creche & Escola

PEQUENO POLEGAR

A partir de 3 meses

Berçário e Educação Infantil

Educação para o trânsito

Contato com a natureza






- Circuito Interno de TV
- Sem taxa de matrícula
- Maior berçário da Tijuca
- Educação Biocêntrica

Convênio:
Dependentes de economistas registrados tem 20% de desconto na mensalidade!

e-mail: pequenopolegar@infolink.com.br

R. Carvalho Alvim, 653-1 Tijuca Tel.: (21) 2268-0229

CHAPA ÚNICA

“Movimento de Renovação dos Economistas”

INTEGRANTES DA CHAPA
Coordenação de Assuntos Institucionais
Abrahão Oigman, André Luiz Silva de Souza, Antônio Melki Júnior, José Antônio Lutterbach Soares, Nelson Victor Le Cocq D'Oliveira Paulo Sergio Souto, Ronaldo Raemy Rangel, Sandra Maria Carvalho de Souza, Sidney Pascoutto da Rocha

Coordenação de Relações Sindicais
Ademir Figueiredo, Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, César Homero Fernandes Lopes, Gilberto Caputo Santos, João Manoel Gonçalves Barbosa, José Fausto Ferreira, Maria da Glória V. Tavares de Lacerda, Regina Lúcia Gadioli dos Santos, Rogério da Silva Rocha

Coordenação de Divulgação e Finanças
Gilberto Alcântara da Cruz, José Jannotti Viegas, Wellington Leonardo da Silva, Conselho Fiscal, Antônio Augusto Albuquerque Costa, Jorge de Oliveira Camargo, Luciano Amaral Pereira

ELEIÇÃO NO CORECON-RJ

Em defesa de um Projeto Nacional de Desenvolvimento

A chapa do Movimento Renovação dos Economistas apresenta seus nomes e suas propostas para as eleições do Conselho, no próximo dia 28 de outubro.

Atualmente, os membros dos Conselhos Regionais de Economia e seus respectivos suplentes, bem como os delegados-eleitores, presidente e vice-presidente dos Corecons, são eleitos pelo sistema de eleição direta, através de voto direto, pessoal e secreto, pelos economistas registrados e quites com as suas anuidades (Lei 6.537/78, Art. 6º).

Em janeiro próximo, o Corecon-RJ e todos os demais Conselhos de Economia estarão empossando os novos gestores institucionais para o exercício 2006. No dia 28 de outubro, os profissionais registrados que optarem por não realizar seu voto por correspondência, através da cédula eleitoral (porte pago) enviada por correio, poderão exercer seu direito de voto na sede do Conselho, na Avenida Rio Branco, 109/16º andar, diretamente na urna que será instalada, nesta data, para esta finalidade.

Em razão da eleição, no próximo dia 28 de outubro, vimos apresentar os membros da única chapa registrada para o exercício 2006, intitulada Movimento de Renovação dos Economistas, cuja composição considerou os ideais defendidos e divulgados no último Simpósio Nacional dos Economistas (Sinc), no Pará, em 2004, com indicação por chapa, do presidente e vice-presidente, conforme abaixo.

É importante ressaltar que todos os participantes se identificam com a concepção de uma política econômica e social que difere da atual, e cujos propósitos se encontram divulgados no Manifesto dos Economistas, publicado no *JE* 184, de novembro de 2004. Nele, defendemos a alternativa de construção de um Projeto Nacional de Desenvolvimento baseado, entre outras questões, na redução da vulnerabilidade externa, na promoção de pleno

emprego e em uma distribuição da renda justa.

Os participantes se comprometem em promover, incentivar e aprofundar, sobretudo em nossa região, o debate sobre questões nacionais e regionais, visando contribuir, expressivamente, para conscientizar as pessoas sobre problemas relevantes de natureza política e econômica, em âmbito regional e nacional.

Comprometem-se, também, em continuar oferecendo aos futuros economistas e aos já graduados cursos preparatórios para ingresso nas instituições que oferecem pós-graduação na área de ciências econômicas, além dos cursos de atualização em áreas específicas de qualificação profissional e especialização acadêmica. Além disso, será mantido, via

internet, o acesso imediato às atividades desenvolvidas na esfera administrativa institucional. Especial atenção será atribuída aos trabalhos que têm como objetivo melhorar a atuação institucional nas demais localidades do estado, otimizar o atendimento direto aos profissionais, através de melhorias acentuadas nas suas instalações, visando promover mais conforto e eficiência no atendimento dispensado aos economistas.

Nesse sentido, a seguir exibiremos um currículo resumido com informações acadêmicas e profissionais dos membros que compõem a chapa Movimento de Renovação dos Economistas, para conhecimento de nossa categoria profissional. ■

Presidente – João Paulo de Almeida Magalhães: Doutor em Ciências Econômicas pela Universidade de Paris 1 (1953);

Livre Docente de Economia na USP/SP (1960); Professor Titular de Economia, na UFRJ (desde 1965); Professor Titular de Economia, na UERJ (desde 1993); Coordenador de Política Econômica do COFECON (2002-2005)

Vários livros publicados, os mais recentes: “Brasil Século XXI, uma Alternativa ao Neoliberalismo” - Editora Paz e Terra/SP (2000) e “Nova Estratégia de Desenvolvimento para o Brasil: um enfoque de longo prazo” - Editora Paz e Terra/SP (2005); Escolhido pelas Entidades dos Economistas, em 2005, como a Personalidade Econômica do Ano.

Vice-Presidente – Paulo Passarinho:

Graduado pela antiga FEA/UFRJ. Especialista em Políticas Públicas pela mesma Universidade. Servidor público federal (Funarte/Minc), Coordenador-Geral do Sindecon-RJ e apresentador do programa de rádio Faixa Livre.

Conselheiro Efetivo – Antonio Melki Júnior:

Graduado pela Faculdade Brás Cubas/SP, exerceu cargo de Secretário Executivo do Cofecon, foi diretor de Tecnologia da SSP/RJ e Coordenador de Planejamento da INB, na área de projetos de inovação tecnológica.

Conselheiro Efetivo – Gilberto Caputo Santos:

Graduado pela Faculdade de Economia e Administração da Universidade Federal Fluminense (UFF), MBA na FGV (área empresarial e saúde), exerceu atividades na Petrobrás, Serpro, IVB, Cremerj e Ierj. Diretor de relações sindicais do Sindecon-RJ.

Conselheiro Suplente -

Antonio Augusto de Albuquerque Costa:

Graduado em Economia pela Universidade Gama Filho (1973), trabalhou na Eletrobrás como especialista em

planejamento e estudos na área energética. Desde 2004, integra o Conselho Deliberativo da Eletrobrás.

Conselheiro Suplente – Edson Peterli Guimarães

Professor Adjunto do Instituto de Economia da UFRJ. Mestre pelo Programa Integrado de Economia e Sociologia da UFPE. Doutor pelo Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro – IE/UFRJ; Coordenador da Pós-Graduação em Comércio Exterior UFRJ; autor de várias obras nas áreas de Economia Internacional, Estratégias Empresárias, Gestão de Tecnologia.

Conselheiro Suplente – José Fausto Ferreira

Economista, residente em Volta Redonda, trabalhou na Companhia Siderúrgica Nacional e integrou a Delegacia Regional de Volta Redonda.

Conselheira Suplente –

Ângela Maria de Lemos Gelli

Economista, residente em Petrópolis, graduada em Ciências Econômicas na Universidade Católica de Petrópolis – UCP. Mestre em Economia na *University of Illinois* (EUA). Coordenadora do Curso de Economia da UCP e diretora dos Cursos de Ciências Econômicas, Contábeis, Administrativas, Marketing e Turismo.

Delegado-Eleitor Efetivo –

João Manoel Gonçalves Barbosa

Atual Vice-Presidente do Corecon-RJ, economista formado desde 1974. Especialização pela FGV, em Economia Mineral (1976), Mestre em Administração e Política de Recursos Minerais pela Unicamp/SP. Trabalha na Indústrias Nucleares do Brasil S.A, desde 1979.

Delegado-Eleitor Suplente –

José Antonio Lutterbach Soares

Atual Presidente do Corecon-RJ. Especialista em Políticas Públicas pela UFRJ. Trabalha no IBGE, na área de pesquisas socioeconômicas.